

Ação do governo pode atrasar mais a conclusão da nova Constituição

por Mariângela Hamu de Brasília

A Assembléia Nacional Constituinte poderá não ser capaz de concluir os seus trabalhos até o final deste ano, caso o Palácio do Planalto leve adiante sua decisão, já anunciada pelo Gabinete Civil da presidência da República, de apresentar uma série de sugestões que modifiquem e não apenas suprimam — como é permitido nesta fase — partes do texto constitucional já aprovado.

A previsão é do experiente senador Jarbas Passarinho, líder do PDS na Constituinte. "Se não tentarem modificar as regras do jogo, acredito que os trabalhos possam estar concluídos entre o final de agosto e o início de setembro. Com estas emendas modificativas, não me arrisco a dizer em que mês de que ano teríamos concluído a nova Constituição", afirma Passarinho.

A iniciativa do Palácio do Planalto exigiria a modificação do regimento interno da Constituinte e isto somente seria possível com o apoio de 280 dos 559 constituintes. A mudança do regimento poderia ser feita também por um acordo de todas as lideranças ou, ainda, por um projeto de resolução. Só que, para ser aprovado, este projeto precisa, além de 280 votos favoráveis, da boa vontade do deputado Ulisses Guimarães que, na qualidade de presidente, decide se o submete ou não a apreciação do Plenário.

"É impossível imaginar prazos, se isto acontecer. Como está hoje, eu já não me arriscaria. Se precisamos modificar o regimento interno teremos de começar tudo de novo e ficaria impossível imaginar uma data para o encerramento dos trabalhos da Constituinte", concorda o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas.

No Palácio do Planalto, o porta-voz do presidente Jo-

sé Sarney, jornalista Carlos Henrique dos Santos, explica apenas que o governo pretende continuar tentando influir nos resultados dos trabalhos, observando, acima de tudo, o respeito à liberdade de decisão da Assembléia Nacional Constituinte, que consiera soberana.

O porta-voz explica que o Planalto pretende trabalhar junto aos constituintes de duas maneiras. Numa primeira fase, tentará influir através de suas lideranças políticas. "Será uma atuação pelo convencimento", afirma. Depois, na fase das leis complementares e ordinárias, identificar onde cabe a iniciativa do governo e elaborar os projetos de lei através dos quais tentará modificar decisões já aprovadas.

"Vários assuntos polêmicos foram transferidos para a fase das leis ordinárias. E aí que o governo pretende atuar através de projetos de lei", afirma Carlos Henrique Santos, que assegura não haver sido informado, até o momento, da decisão do governo de trabalhar com emendas modificativas.

MAIS ATRASOS

Os atrasos nos trabalhos da Constituinte levaram o deputado Ulisses Guimarães a encontrar-se há dois dias, com o presidente José Sarney, para tratar do assunto. Ele pediu — e foi atendido — que o presidente evite se ausentar do País entre o final deste mês e o início de julho, durante 15 dias. Seria esta a duração da viagem que o presidente pretendia fazer ao Vaticano e depois a Pequim.

Ontem, à tarde, o Itamaraty cancelou, junto às autoridades da Santa Sé, a viagem de três dias a Roma, durante os quais Sarney assistiria à posse de dois novos cardeais brasileiros — Dom Lucas Neves, sobrinho do ex-presidente Tancredo Neves, e Dom José Freire Falcão, arcebispo de Brasília.

Votação da anistia a militares começa com 6 emendas rejeitadas

por Adriana Vera e Silva de Brasília

A votação do artigo 5º das Disposições Transitórias da nova Constituição, que trata da anistia aos militares, continua hoje na Assembléia Constituinte. Na sessão de ontem foram votadas e rejeitadas seis emendas referentes à anistia. A sessão se encerrou às 21 horas por falta de quórum. Alguns militares presentes nas galerias protes-

taram contra a rejeição das emendas.

O principal item rejeitado na votação de ontem foi o pagamento retroativo de aposentadoria aos militares cassados. O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) defendeu a posição vitoriosa dizendo que deveria ser mantido o texto estabelecido pela Comissão de Sistematização e pelo "Centrão", que proíbe a remuneração de qualquer es-

pécie aos anistiados em caráter retroativo.

Aos militares anistiados ficou garantida a promoção na inatividade, conforme previa o texto do "Centrão". Todos os anistiados — onde se incluem aqueles que foram atingidos por motivação política ou por atos de exceção entre 18 de setembro de 1946 até a promulgação da nova Carta — poderão, agora, receber as promoções ao emprego,

cargo ou posto a que teriam direito se estivessem no serviço ativo.

Entre as emendas rejeitadas, ontem, estava a qualificação da anistia como "ampla, geral e irrestrita" e a possibilidade de os cassados por motivos políticos entre abril de 1964 e dezembro de 1973 recorrerem ao Supremo Tribunal Federal para o reconhecimento de todos os seus direitos.

Ministro sugere mudanças no crédito rural para evitar a anistia

por Ivanir José Bortot de Brasília

O ministro da Agricultura, Iris Resende, sugeriu ontem ao presidente José Sarney a adoção de uma nova sistemática de crédito rural para evitar uma decisão na Assembléia Nacional Constituinte concedendo "anistia geral dos produtores brasileiros". O Ministério da Agricultura vem realizando estudos para estabelecer o pagamento dos futuros empréstimos agrícolas tomados junto aos bancos em "equivalência produto".

"Estamos preocupados em encontrar uma solução definitiva para o endividamento do setor rural. O produtor, a partir de agora, tomaria recursos nos bancos sabendo que na colheita teria de pagar o equivalente a sua produção", disse Iris Resende. O ministro da Agricultura, mesmo reconhecendo as dificuldades setorializadas da produção, como a pecuária e a hortigranjeira de uma forma geral, considerou a proposta de anistia prejudicial ao setor rural e ao governo. "O governo não pode em hipótese alguma decidir às pressas um assunto da maior importância, que poderá provocar evasão de recursos do próprio setor rural", disse o ministro.

mento do setor rural. O produtor, a partir de agora, tomaria recursos nos bancos sabendo que na colheita teria de pagar o equivalente a sua produção", disse Iris Resende.

O ministro da Agricultura, mesmo reconhecendo as dificuldades setorializadas da produção, como a pecuária e a hortigranjeira de uma forma geral, considerou a proposta de anistia prejudicial ao setor rural e ao governo.

"O governo não pode em hipótese alguma decidir às pressas um assunto da maior importância, que poderá provocar evasão de recursos do próprio setor rural", disse o ministro.

Banco Real começa a negociar

por Ascânio Seleme de Brasília

O Banco Real começa a negociar as dívidas dos pequenos agricultores, contraídas durante a vigência do Plano Cruzado. A informação foi encaminhada ao senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) através de um "ofício especial" assinado pelo presidente da Câmara Municipal de Piraju (SP), vereador Augusto Alves Piacenço. No documento, o vereador informa que a agência do Banco Real do município está "celebrando acordo amigável, cobrando o principal mais 10% da dívida atual, sem mais nenhum acréscimo".

Flamarion Josué Nunes, diretor-geral de Produção do Banco Real, embora não sendo responsável direto pela área de crédito rural, que fica sob o comando de José Aluísio Borges, que está em férias, explicou ontem à editora Angela Bittencourt que "o Banco Real está procurando fazer acordos caso a caso há quase um ano com os micro e pequenos empresários e agricultores".

Nunes disse, ainda, que na região de Piraju a instituição efetivamente tem muitos negócios e que seus executivos têm discutido as dívidas levando em conta a posição dos devedores.

No ofício, o vereador Piacenço entende que "o fato vem demonstrar o reconhecimento do banco sobre os juros escorchantes cobrados da agricultura". O presidente da Câmara Municipal acha que o exemplo do Banco Real, "de procurar os lavradores para composição amigável da dívida", deveria ser limitado pelo Banco do Brasil (BB) e pe-

"Exploração política"

por Ângela Bittencourt de São Paulo

A informação divulgada ontem na imprensa sobre um banco que em determinada praça do interior de São Paulo havia celebrado contratos de crédito com agricultores com redução ou anistia da correção monetária revela uma exploração política do assunto, a ponto de a associação que congrega produtores rurais estar tentando antecipar a decisão do Congresso Constituinte sobre a anistia às dívidas contraídas durante o Plano Cruzado", assegura Antônio de Pádua Rocha Diniz, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban).

Segundo Rocha Diniz, "o que ocorre há vários meses desde o malogro do Plano Cruzado é a iniciativa de os bancos procurarem acertar com clientes — caso a caso —



Antônio de Pádua Rocha Diniz

formas para os mutuários bem intencionados, mas sem condições de arcar com todo o ônus da dívida, poderão liquidá-la de maneira mais adequada ao seu caso".

Conversando com cada tomador de crédito, os bancos

têm poder maior de composição dos débitos e mais facilidade para obter as soluções através de mecanismos nem sempre uniformes de financiamento. Procurar compor dívidas é uma prática bancária normal, utilizada não apenas para financiamentos a micro, pequenos e médios empresários mas também em casos que muitas vezes envolvem empresas maiores e que se tornam inadimplentes por problemas circunstanciais, específicos de alguns setores.

Rocha Diniz reforçou que a Febraban tem incentivado as negociações isoladas, e no caso específico das micro e pequenas empresas os bancos têm apresentado executivos bem destacados na hierarquia das instituições com preparo e poder decisório suficientes para saber avaliar as possibilidades das composições de dívidas.

Conversando com cada tomador de crédito, os bancos

que o acordo do Banco Real se refere aos contratos feitos até fevereiro de 1987. "O débito a ser pago é o valor que consta nos contratos assinados até esta data", informa o periódico.

O vereador Piacenço, ele próprio um cafeicultor beneficiado pelo acordo proposto pelo Banco Real, informa que as negociações entre as partes foram abertas no dia 1º de junho e prosseguem até o dia 25 deste mês. O vereador encaminhou duas cópias de contratos e promissórias suas assinadas com o Banco Real. Nos dois documentos, o banco aparece como credor de até 200% do total

emprestado ao cafeicultor. Piacenço acha que o acordo veio salvar os cafeicultores do seu município.

No semanário Folha de Piraju, o cafeicultor José Amorim é mencionado como um dos beneficiados pelo acordo com o banco. Segundo o jornal, o cafeicultor tomou CZ\$ 700 mil emprestados do Banco Real durante o Plano Cruzado. Através do acordo, o cafeicultor desembolsou CZ\$ 900 mil em favor do Banco Real, que retirou da Justiça protesto contra ele de CZ\$ 8 milhões. Nenhum diretor do Banco Real foi encontrado para dar a versão oficial da instituição.

As medidas que necessitam de legislação complementar, a ser elaborada pelos estados e municípios, como o imposto decorrente da compra e venda de imóveis (que passará da competência dos estados para a dos municípios) e o imposto sobre Circulação de Mercadorias ampliado, entrarão em vigor posteriormente.

Além do exame dessa proposta, as lideranças continuam hoje as negociações das Disposições Transitórias. Ontem, os negociadores já haviam estudado trinta dos mais de sessenta artigos que compõem esse título.

Governo revê os números

por Ascânio Seleme de Brasília

O governo admitiu ontem que os prejuízos com a anistia da correção monetária sobre os empréstimos contraídos por pequenos empresários e agricultores durante o Plano Cruzado não são de US\$ 10 bilhões. Durante toda a semana passada este número era dado como certo pelo gabinete do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Ontem, uma comissão de técnicos da Fazenda e do Banco Central, depois de uma reunião com os autores das emendas no Congresso, entendeu a nova proposta dos constituintes.

O diretor da Área Bancária do Banco Central, Wa-

dico Waldir Bucchi, que participou da reunião, disse que o número da Fazenda fora obtido através "do cálculo em cima das propostas originais". O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), afirmou que "não foi o governo que mudou, foram os autores que mudaram suas emendas".

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), autor de uma das emendas, disse estar surpreso com o fato de o governo não ter tomado conhecimento anterior da fusão. "Na reunião de terça-feira da semana passada nós entregamos ao ministro da Fazenda esse mesmo projeto de fusão que passamos agora aos técnicos", disse o senador.

A reforma tributária

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

As lideranças partidárias recebem, hoje, do deputado José Serra uma solução alternativa sobre a vigência do novo sistema tributário. Em vez de todas as alterações previstas no texto constitucional vigorarem a partir de 1º de janeiro do ano que vem, uma parte vigorará imediatamente após a promulgação da nova Carta e o restante quatro meses depois.

De imediato vigoraria, por exemplo, a obrigação de União aumentar a parcela de recursos destinados aos estados e municípios via fundos de participação.

Agenda

Votações de ontem

Eleições Municipais — Na continuação das votações do título das Disposições Transitórias, foram rejeitadas todas as emendas que alteravam os mandatos dos atuais prefeitos e a data das eleições municipais, que assim ficam confirmadas para 15 de novembro deste ano, em primeiro turno. Entre as emendas rejeitadas, estavam a que propunha eleições neste ano para um mandato também de dois anos, podendo os eleitos tentar reeleição, e a que propunha eleições em dois turnos.